



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000078-40.2014.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Depósito - Alienação Fiduciária**
Requerente: **OMNI S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**
Requerido: **DENISE APARECIDA DA SILVA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

A autora ajuizou a ação denominada de "BUSCA E APREENSÃO" em face de Denise Aparecida da Silva alegando, em síntese, ser credora da parte ré, estando o seu crédito garantido por alienação fiduciária do bem descrito à fl. 01, conforme contrato celebrado entre as partes.

Aduziu, ainda, que a parte ré se tornou inadimplente, motivo pelo qual foi ajuizada a presente ação.

O bem alienado fiduciariamente não foi localizado, razão pela qual requereu a conversão do pedido de busca e apreensão para o de depósito, objetivando a restituição do bem ou o depósito do equivalente em dinheiro, o que foi deferido à fl. 59.

Citada (fl. 92), a parte ré deixou de atender o chamado judicial (fl. 93), tornando-se revel.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, nos termos do artigo 330, II, do Código de Processo Civil.

O pedido da parte autora está apoiado em inequívoca



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

prova documental (fls. 04/11) e a mora da parte ré está devidamente comprovada não só pela notificação enviada por meio do Oficial de Registro de Títulos e Documentos (fl. 10), mas também pela citação efetivada nestes autos.

Além disso, a parte ré se tornou revel, hipótese em que são reputados verdadeiros os fatos afirmados pela autora (artigo 319, do Código de Processo Civil), os quais, na espécie, são evidentes; cabe à parte ré a demonstração de que houve pagamento, e nada veio aos autos.

Tendo em vista o disposto no artigo 902, I, *in fine*, do Código de Processo Civil, cumpre observar que o entendimento das Turmas competentes para decidir a matéria no STJ é no sentido de que a expressão “equivalente em dinheiro” refere-se ao valor da coisa, salvo se o débito for menor, hipótese em que este prevalece por ser menos oneroso ao devedor - (STJ-4ª Turma, REsp 285.209-MT, rel. Min. Barros Monteiro, j. 17.4.01.

Assim, e diante do teor da Súmula vinculante nº 25, do Colendo Supremo Tribunal Federal:

É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.

JULGO PROCEDENTE a ação para, com fundamento no artigo 4.º, do Decreto-lei n.º 911/69 e artigos 902 e 904, do Código de Processo Civil, condenar a parte ré a entregar à autora o bem descrito na inicial, no prazo de 24 horas, ou o equivalente em dinheiro (valor de mercado do bem, salvo se o valor do débito for menor).

Em consequência, **JULGO EXTINTO** o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil.

Dada a sucumbência integral, condeno a parte ré ao pagamento das custas e despesas processuais, com correção monetária a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS


FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

partir de cada desembolso, bem como de honorários advocatícios que fixo em 10% do valor atribuído à causa, devidamente atualizado.

P. R. I. C. 

São Carlos, 25 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**